



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

9

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)


Ano 2020



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

9

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado

9

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 9 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-273-9

DOI 10.22533/at.ed.739201208

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento educacional.
I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo destrato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. Precisamos criar diferentes espaços de resistência a todos os retrocessos que nos estão sendo impostos. O volume 9 deste livro, intitulado “**Educação: Atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, aqueles e aquelas que pensam e inter cruzam as diferentes problemáticas educacionais.

Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns a Educação.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país ou aqueles que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejo uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TRABALHO-EDUCAÇÃO: À LUZ DA REALIDADE	
Taniária Conceição dos Anjos Nilza da Silva Martins	
DOI 10.22533/at.ed.7392012081	
CAPÍTULO 2	6
TEORIA INTEGRADA DE <i>ENGAGEMENT</i> ACADÊMICO VOLTADA A EDUCAÇÃO SUPERIOR	
Rosa Maria Rigo José António Marques Moreira Sara Dias-Trindade	
DOI 10.22533/at.ed.7392012083	
CAPÍTULO 3	18
A FORMAÇÃO POLÍTICA DE TRABALHADORES PRECARIZADOS NO MST E NO MTST	
Renan Dias Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7392012084	
CAPÍTULO 4	33
O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO POPULAR	
Ana Marta Gonçalves Soares	
DOI 10.22533/at.ed.7392012085	
CAPÍTULO 5	40
IDENTIDADE EM TRÂNSITO: A REDEFINIÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO CAP-UFMA NOS ANOS 1980	
Raimundo Inácio Souza Araújo Alysson Sousa Lopes Emmanuelly da Silva Silva Isaac Dias Mota	
DOI 10.22533/at.ed.7392012086	
CAPÍTULO 6	49
PET-SAÚDE/GRADUA-SUS UFFS/ <i>CAMPUS</i> CHAPECÓ E SESAU: EXPERIÊNCIA EXITOSA DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO E SERVIÇO	
Débora Tavares de Resende e Silva Larissa Hermes Thomas Tombini Gessiani Fatima Larentes Gabriela Gonçalves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7392012087	
CAPÍTULO 7	56
RELATO DE EXPERIÊNCIA NA MONITORIA DA DISCIPLINA DE GENÉTICA E BIOLOGIA MOLECULAR: APRENDIZADO DA TEORIA À PRÁTICA	
Maria Iara Almeida Gonçalves dos Santos Jorge Portella Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.7392012088	

CAPÍTULO 8	64
PSICOTERAPIA DE GRUPO: UM RELATO DE INTERVENÇÃO COM LUTADORES DE ARTES MARCIAIS MISTAS (MMA)	
Fábio Silvestre da Silva Rebeca Barros da Silva Almeida Rosana Augusta Alves Baleeiro	
DOI 10.22533/at.ed.7392012089	
CAPÍTULO 9	72
INTERPROFISSIONALIDADE NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Ellen Moreira Cordeiro Angélica Marques Barbosa Fernanda Ribeiro de Almeida Thaynara Batista Costa Souza Katarinne Lima Moraes Patrícia Leão da Silva Agostinho Yolanda Rufina Condorimay Tacsí Ludmila Grego Maia	
DOI 10.22533/at.ed.73920120810	
CAPÍTULO 10	78
A RELAÇÃO HUMANA COM A NATUREZA NA CULTURA OCIDENTAL: UMA EXPERIÊNCIA TRANSDISCIPLINAR NO INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ	
Alan Christian de Sousa Santos Juliano Sitherenn	
DOI 10.22533/at.ed.73920120811	
CAPÍTULO 11	90
DA PRÁTICA À TEORIA: CONSTRUÇÃO DE SABERES CIENTÍFICOS ATRAVÉS DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Joselia Cristina Siqueira da Silva Gilmene Bianco	
DOI 10.22533/at.ed.73920120812	
CAPÍTULO 12	102
O MONITORAMENTO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL ENTRE 2014 A 2024: UM DESAFIO DA ALFABETIZAÇÃO	
Pablo Afonso Silva Rozemeiry dos Santos Marques Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.73920120813	
CAPÍTULO 13	112
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: CONTEXTOS E IMPASSES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Paula Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.73920120814	
CAPÍTULO 14	117
OLHAR HOLÍSTICO EM FORMAÇÃO: EXPERIÊNCIA ACADÊMICA CONDUZIDA PELO MÉTODO CLÍNICO CENTRADO NA PESSOA	
Camila França Arruda Daniele Belizário Bispo Débora Teodoro Carrijo	

Luísa Castilho Amâncio
Guthieres Mendonça Schmitt
Júlia Oliveira Carvalho
Natália Sousa Costa
Eliabe Roriz Silva
Juliane Macedo
Marcela de Andrade Silvestre

DOI 10.22533/at.ed.73920120815

CAPÍTULO 15 125

MONITORIA ACADÊMICA NA DISCIPLINA DE HEMATOLOGIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Raianne Ribeiro Silva Lopes
Martha Ribeiro Bonilha

DOI 10.22533/at.ed.73920120816

CAPÍTULO 16 131

MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO-APRENDIZAGEM PARA JOVENS CARENTES

Annelise Cabral
Gisely Luzia Stroher
Gylles Ricardo Ströher

DOI 10.22533/at.ed.73920120817

CAPÍTULO 17 137

IMIGRANTES BOLIVIANOS DA PLANÍCIE E DO ALTIPLANO EM REGIÃO DE FRONTEIRA: DISTINÇÕES
PREGRESSAS EM SOLIDARIEDADE SELETIVA

Joanna Amorim de Melo Souza Loio
Joyce Ferreira de Melo Marini
Marco Aurélio Machado de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.73920120818

CAPÍTULO 18 150

PROEJA: ARRANJOS CURRICULARES E ITINERÁRIOS FORMATIVOS NOS CURSOS TÉCNICOS
INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DOS CEEP_s-BAHIA

Marciléa Melo Alves Lima
Cândida Maria Santos Daltro Alves

DOI 10.22533/at.ed.73920120819

CAPÍTULO 19 165

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO NA EJA: COMPONENTE CURRICULAR QUE PROMOVE AUTORIA E
AMPLIA CONHECIMENTOS

Juçara Benvenuti

DOI 10.22533/at.ed.73920120820

CAPÍTULO 20 173

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS SOBRE CURRÍCULO INTEGRADO EM CURSOS DE LICENCIATURA DE UM
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Taniamara Vizzotto Chaves
Maria Teresinha Verle Kaefer

DOI 10.22533/at.ed.73920120821

CAPÍTULO 21 184

A IMPORTÂNCIA DA CULTURA ALIMENTAR NA ESCOLA

Antonio Carlos Barbosa da Silva

Marina Coimbra Casadei Barbosa da Silva

DOI 10.22533/at.ed.73920120822

CAPÍTULO 22 196

PATRIMÔNIO CULTURAL: PRESSUPOSTOS PARA CONSCIENTIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO POR MEIO DA ARTE EDUCAÇÃO

Noelene da Costa Lima Silva

DOI 10.22533/at.ed.73920120823

SOBRE O ORGANIZADOR..... 206

ÍNDICE REMISSIVO 207

O MONITORAMENTO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL ENTRE 2014 A 2024: UM DESAFIO DA ALFABETIZAÇÃO

Data de aceite: 03/08/2020

Data da submissão: 06/05/2020

Pablo Afonso Silva

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Três Lagoas – MS.
<http://lattes.cnpq.br/5212903994211187>

Rozemeiry dos Santos Marques Moreira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Três Lagoas – MS,
<http://lattes.cnpq.br/9604739993632419>

RESUMO: O trabalho analisa o processo de monitoramento da meta nove do Plano Nacional de Educação (2014) com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre alfabetização e analfabetismo funcional, a fim de avaliar a manifestação das políticas educacionais em contexto local. A implantação e concretização no contexto educacional tem o prazo de 10 anos, ou seja, entre o período de 2014 e 2024, para o cumprimento das vinte metas previstas. Nesse sentido, a análise focalizou a meta nove, que prevê indicadores e estratégias para alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais. Em face disso, o trabalho está organizado entorno das análises dos marcos legais recentes da

política de alfabetização no Brasil, para uma melhor compreensão do monitoramento e materialização da meta nove, de modo a identificar consenso ou reducionismo acerca da sua definição.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Nacional de Educação; Alfabetização; Analfabetismo funcional.

THE MONITORING OF THE NATIONAL EDUCATION PLAN IN BRAZIL BETWEEN 2014 AND 2024: A LITERACY CHALLENGE

ABSTRACT: This paper analyzes the monitoring process of the target nine from the National Education Plan (2014) in Brazil by using the literacy and functional illiteracy data based on Brazilian Institute of Geography and Statistics, in order to assess the manifestation of educational policies in a local context. The process of implementation and concretization in the educational context has a 10-year term, between 2014 and 2024, for the achievement of the twenty targets. In this sense, the analysis focused on target nine, which provides indicators and strategies for the literacy of the population aged 15 (fifteen) years or more. In view of that, this paper is organized around the investigation of the recent legal frameworks of

the literacy policy in Brazil, for a better understanding of the target nine in its monitoring and materialization, in order to identify consensus or reductionism regarding this definition.

KEYWORDS: National Education Plan; Literacy; Functional Literacy.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultante das atividades e discussões realizadas na disciplina de Políticas Educacionais do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas (UFMS-CPTL), no tocante às análises da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE/2014).

É pertinente ressaltar que o PNE é uma política de Estado elaborada na forma de um Plano de Estratégia Política para Sistemas de Educação e respectivas escolas, em atenção ao que foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e, mais tarde, regulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, em seu art. 9º, o qual prevê que a União incumbir-se-á de: I - Elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Por conseguinte, a implantação e materialização no contexto educacional devem ocorrer no prazo de 10 anos, ou seja, entre o período de 2014 e 2024, para o cumprimento das vinte metas previstas. Nesse sentido, a análise tem como foco a meta nove, que prevê indicadores e estratégias para alfabetização da população com 15 anos ou mais. A partir desse escopo, foi possível o levantamento de dados sobre a alfabetização e o analfabetismo funcional em nível de Brasil e também em nível das regiões do país, a fim de analisar a incidência de indicadores e quais as estratégias já realizadas, com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e o Relatório do PNE/2001 (antecedente ao atual PNE/2014).

Partimos do entendimento de que alfabetização representa ir além da competência e da habilidade de ler e escrever e das operações matemáticas simples, uma vez que resulta em capacidades do pensamento analítico para avançar em novos conhecimentos. Isso é o que, naturalmente, se espera em relação à população de 15 anos ou mais no sentido da continuidade de sua formação para o mercado de trabalho e para a vida.

Para isso, preconiza-se que seja feito um acompanhamento permanente para identificar e evitar dificuldades que, porventura, surjam. Portanto, paralelamente a este acompanhamento, destaca-se a prática da avaliação de políticas que aprecia, nos programas já implementados, seus impactos efetivos, bem como os efeitos indesejados para poder extrair consequências para novas ações e programas futuros. Isto é, com o acesso aos resultados é possível perceber os obstáculos e criar ações públicas, a fim de que aconteçam melhorias na qualidade das condições de oferta da educação e de cursos, bem como na organização didático-pedagógica e no corpo docente, para melhor atender às necessidades da faixa etária dessa população.

Considerando o exposto, o trabalho está organizado em torno das análises dos marcos legais recentes da política de alfabetização no Brasil, para uma melhor compreensão do monitoramento e materialização da meta nove, de modo a identificar consenso ou reducionismo acerca da sua definição.

Por fim, a análise apresenta a necessidade de maiores iniciativas e dinâmicas do órgão governamental para erradicação do analfabetismo local, bem como o dever de criar ações que garantam o direito de saber ler, interpretar, e calcular para que a população de 15 anos ou mais participem em condições de igualdade na sociedade.

2 | DESENVOLVIMENTO

A política educacional no Brasil, em sua constituição histórica, tem revelado que uma educação de qualidade referenciada nos aspectos sociais e de desempenho requer uma sólida política de Estado, instituída por Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Plano Nacional de Educação e outros códigos jurídicos, que estabelecem princípios e finalidades da educação que é ofertada pelos sistemas de ensino e instituições de ensino. Contudo, ainda são observadas interpretações prescritivas do texto da política educacional. Assim, muitas vezes, o texto é morto ou esquecido no espaço escolar.

Nessa perspectiva, uma educação de qualidade para todos requer, igualmente, a concepção e adoção de práticas de gestão educacional capazes de materializar as políticas públicas da educação, bem como a disposição da legislação do ensino de modo dinâmico e adequado à realidade do cotidiano escolar. Assim, a educação brasileira é pensada sob os princípios da Constituição Federal (1988) como:

Direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Entende-se, que para materializar o que estabelece o texto constitucional acima, a educação deve ser priorizada e compartilhada em deveres e ações de Estado, da família e da sociedade e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, devidamente planejada pelo PNE de 2014.

Diante disso, considera-se que a alfabetização é um fator preponderante e essencial para que tais finalidades sejam alcançadas. Logo, para o Brasil a alfabetização deve ser considerada uma das metas mais importantes do processo de escolarização para o atingimento do desenvolvimento pleno, exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Consequentemente, coloca-se a questão: de que modo deve ocorrer a alfabetização? A resposta parece clara, segundo o pensamento de Costa e Putkul (2018):

[...] a alfabetização é o processo que possibilita as crianças, jovens e adultos a relacionar-se com o mundo também por meio dos textos escritos que veiculam relações de interlocução, ou seja, apresentam posicionamentos, discordâncias, concordâncias e objeções sobre os mais variados temas que povoam as relações humanas. (COSTA; PUTKUL, 2018, p. 235).

A construção dessa relação impõe ir além do estrito conhecimento ortográfico e fonológico proposto pela atual política nacional do currículo através do documento da Base Curricular Nacional Comum (BNCC), aprovada pelo CNE, como sendo:

um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2017a, p. 7).

Diante dessa referência performativa do currículo, enfatiza-se o entendimento legal de alfabetização, que, independentemente de quaisquer perspectivas teórico-metodológicas, enseja um processo transformador, no sentido de tornar um indivíduo leitor e escritor, isto é, que instrui a população de um país a saber ler e escrever, estabelecendo uma comunicação social efetiva.

As reflexões aqui desenvolvidas, preceituam o Plano Nacional de Educação, consideram a possibilidade e o dever de existirem várias formas de alfabetizar, ressaltando que todas elas devem respeitar o tempo individual do educando e também recuperar o tempo de escolarização perdida em fases pregressas, caso de muitos jovens e adultos.

Por meio desse entendimento, é claro observar o surgimento, dentre outros, de dois desafios de base legal: o primeiro, formular uma sólida política de Estado para a educação; o segundo, interpretar e materializar na prática o texto da política no contexto local. Para enfrentar esses desafios, propõe-se reexaminar a política e suas relações, ou seja, o próprio processo entre a formulação e execução de políticas da educação referentes o texto do PNE 2014-2014 e a realidade escolar.

Dá-se início a essa tarefa interpretando a meta nove, que almeja:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. (BRASIL, 2015, p.67).

A meta nove trata da distribuição de recursos que interferem na tradução das políticas com vistas à elevação da taxa de alfabetização da população jovem. Com base nas definições adotadas pelo IBGE, considera-se alfabetizada a pessoa que declara saber ler e escrever e, analfabeta funcional, a pessoa com 15 anos de idade ou mais que possui menos de quatro anos de escolaridade ou que declara não saber ler e escrever.

Um outro aspecto a se considerar repousa na compreensão de que políticas são elaboradas e produzidas para situações ideais e que, por conseguinte, apresentam uma distância expectada entre o texto ideal e o contexto real, muitas vezes impossíveis de

serem realizadas por diversos fatores constituintes do processo de alfabetização. Com isso, existe os programas, projetos e ações diversas para a constituição desse processo.

Segundo Silva e Costa (2002), as políticas públicas tornam-se programas quando, por ação de uma autoridade, as condições iniciais para sua implementação se concretizam. Releva-se aqui, portanto, a importância da avaliação de políticas em termos mais objetivos e práticos: confrontando os resultados verificáveis de um programa com seus objetivos iniciais propostos.

Assim, esta avaliação registra como vem ocorrendo a alfabetização na realidade escolar, formação de professores, estrutura organizacional da escola, entendendo-os como oportunidade de questionamento e superação dos possíveis discursos idealistas encontrados no texto e que são, muitas vezes, distantes da realidade de sua materialização. Analisar o resultado da avaliação é o momento e a oportunidade que se encontra para discutir a alfabetização, não apenas em conceitos e práticas, ou ainda de registrar novas metodologias e inovações da prática pelas quais vem ocorrendo a alfabetização, mas de reflexão sobre metas e estratégias que vêm sendo incorporadas ao que já estavam determinadas nos PNE anteriores, visando novos entendimentos de alfabetização entre os jovens a partir da realidade e permitindo a transparência esperada pela sociedade.

Nesse sentido, a utilização do termo “erradicar o analfabetismo” pela meta nove tem sido objeto de atenção em vista da sua universalização, sua abrangência, sua dimensão em solucionar a causa. Outro fator se refere à diretriz equivocada ao enfatizar o analfabetismo como um dado absoluto que deveria ser extirpado de maneira radical.

Para o cálculo da taxa de analfabetismo funcional, cuja meta consiste em uma redução de 50% até 2024, adotou-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) anual de 2012 como referência (BRASIL, 2018, p. 167).

Nessa pontuação, argumenta-se que o analfabetismo não está no campo do biológico, mas é de natureza social, resultante dos processos de marginalização social tão marcante na realidade brasileira. A exemplo dos dados levantados pelo IBGE, apresentados nas tabelas tanto dos indicadores 9A e 9B, estabelecidos pela meta nove, para seu cumprimento, a elevação média da taxa de alfabetização deveria ter sido superior à média de toda a série histórica, o que evidencia um certo grau de inexecutabilidade da meta proposta na lei sancionada em junho de 2014.

Esse aspecto está se tornando uma prática aceitável pela educação, embora os fatos ao longo da história da educação apontem que as metas do PNE, em toda sua existência, não são atingíveis em sua totalidade. E “estrategicamente” são relampejadas para o próximo PNE para solução da causa do não cumprimento.

Outro campo de análise realizado é o modo como se distribui o analfabetismo nas regiões do país. Em sintonia com outros indicadores sociais, a desigualdade regional é clara no Brasil. Para evidenciar essa afirmação, o fenômeno circunscrito de desigualdade regionalmente elevada também se apresenta ao serem comparadas as faixas etárias e

sua escolarização.

Essa constatação pode ser interpretada sob dois aspectos: por um lado, as políticas de universalização do ensino fundamental têm logrado sucesso ao fornecer a uma parcela da população um instrumental de competências curriculares ligadas à alfabetização; por outro lado, a delimitação em faixas etárias mais elevadas mostram que, durante a história da educação brasileira, faltaram elementos para assegurar a educação básica obrigatória à uma significativa parcela da população. Essa desigualdade é facilmente observada, discursada e justificada em muitos programas de alfabetização sem com isso amenizar os dados que continuam apresentando o analfabetismo.

3 | METODOLOGIA

A metodologia abordada foi a de interpretar a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, a fim de traduzir a política proposta pelo PNE/2014. Trata-se de uma pesquisa documental, por desvelar novos aspectos de um tema ou problema, de modo a complementar as informações obtidas em documentos para a obtenção de dados, sendo estes predominantemente descritivos. (CRESWELL, 2010).

Neste caso, possibilitar ir além do documento expresso e explorar profundamente um programa e dentre outros, as características de uma atividade. Ou seja, o documento do PNE é organizado por metas e estratégias que se colocam para o cenário educacional a referência de qualidade a ser alcançada.

Portanto, cabem algumas considerações acerca do cumprimento da meta nove do PNE 2014-2024, tendo em vista as doze estratégias presentes nessa meta, devidamente compostas de dados fornecidos pelo IBGE e ilustrados com gráficos, tabelas em forma de Relatórios de monitoramento publicizados a cada dois anos. Até o momento existem dois Relatórios publicados, sendo os demais previstos para os anos de 2020, 2022 e 2024, respectivamente, quando será concluído o Relatório Final, podendo, então, avaliar se as metas propostas foram alcançadas e, ou ao contrário, como alcançá-las em uma nova década de PNE.

O relatório atual do PNE/2014 (BRASIL, 2018) teve como base a análise de indicadores para o monitoramento das vinte metas propostas. Assim, este trabalho selecionou dois indicadores da meta nove:

- Indicador 9A: refere-se à taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade;
- Indicador 9B: indica a taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade.

Tais indicadores (9A; 9B) constituíram o objeto de análise do presente trabalho como ver-se-á a seguir.

4 | RESULTADOS

Para análise dos resultados, reporta-se ao procedimento da avaliação educacional em seu campo de atuação à avaliação de políticas por possibilitar a tomada de decisões que permitam revisão, modificação, substituição dos programas avaliados. Sua dimensão, dentre outras, requer planejamento para melhoria das decisões desse planejamento (MOREIRA, 2018). Planejar nesta situação sugere, ao monitoramento do PNE, ir além da coleta sistemática da informação porque requer análise de como um projeto progride ou não.

Também é pertinente destacar que ainda se tem vivenciado ao longo desses últimos anos a aplicação da avaliação de sistema da educação básica em larga escala, cujos resultados têm apontado o baixo desempenho dos alunos brasileiros em lidar com a leitura e a escrita de textos, bem como a operacionalização dos números. Além disso, estatísticas sugerem que muitas crianças matriculadas nas escolas não têm se alfabetizado ao término de uma etapa de escolarização.

Entende-se que a alfabetização na escola passa muito mais pela ação de professores, pelo acompanhamento dos pais, do que pela exclusividade de elaboração de planos, programas e pactos. Esses documentos originários da política educacional têm se mostrado frágeis, na medida em que privilegiam a demarcação temporal e, insistentemente, e a definição de ações imediatistas. Ora, as ações de trabalho, quando planejadas coletivamente nas escolas, resultam no que de melhor pode ocorrer no tocante à educação e, em relação à alfabetização, não há dúvidas de que as ações da equipe escolar – gestores, professores, alunos, pais –, podem mudar o cenário da alfabetização no Brasil.

Desse modo, as políticas da educação ainda possuem discursos e práticas contraditórios e que se chocam com a política de formação de professores de maneira vertical, visto que os textos que legitimam e performativa na perspectiva teórica adotada em seus documentos como a ideal nas classes de alfabetização, contribuindo para perpetuar a fronteira entre a docência e seu planejamento.

Para efeito de confirmação da realidade, a tabela abaixo apresenta o Indicador 9A contendo a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.

Indicador 9A	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	91,4%	91,7%	92,1%	92,3%	92,8%	93,0%

Tabela 1 – Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por Brasil – 2012-2017

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2012-2017).

É perceptível, na tabela 1, que a meta do indicador 9A alcançou 92,1% em 2014, ano em que se inicia a década do PNE em vigência. Contudo, observa-se que em 2017,

ano do último Relatório, o número de jovens alfabetizados apresenta elevação de sete décimos percentuais, o que significa uma melhora tênue da população de jovens de 15 anos considerada analfabeta.

Já a tabela 2 demonstra a taxa de alfabetização da população de jovens de 15 anos:

Região	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Norte	90,4%	90,6%	91,1%	90,9%	91,5%	92,0%
Nordeste	82,9%	83,4%	83,9%	84,3%	85,2%	85,5%
Sudeste	95,2%	95,5%	95,7%	95,9%	96,2%	96,5%
Sul	95,2%	95,6%	96,0%	96,1%	96,4%	96,5%
Centro-Oeste	93,1%	93,6%	93,9%	94,1%	94,3%	94,8%
Brasil	91,4%	91,7%	92,1%	92,3%	92,8%	93,0%

Tabela 2 - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por Brasil e grande região – 2012-2017

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2012-2017).

Quando se analisa a Tabela 2 do indicador 9A pode-se verificar que algumas regiões do Brasil possuem taxa de alfabetização maior que a média nacional, destacando-se o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste. Em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste têm baixo desempenho na alfabetização comparativamente às demais regiões.

Já a análise da Tabela 3 do Indicador 9B (abaixo), mostra que a taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade decaiu significativamente, porém, em processo mais vagaroso tal qual o crescimento da taxa de alfabetizados, em que a taxa de analfabetismo funcional seguiu alta. Se se compara desde 2012, a qual a taxa era de 18,3%, ocorreu uma queda de 1,7% até o ano de 2016 (BRASIL, 2018). Contudo, permanece perceptível que a meta do indicador 9B está longe de chegar ao cumprimento da meta, a taxa de 9,2%.

Indicador 9B	2012	2013	2014	2015	2016
	18,3%	18,1%	17,6%	17,1%	16,6%

Tabela 3 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade – por Brasil – 2012-2016-

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2012-2015) e Pnad contínua /IBGE (2016).

Ademais, a Tabela 4 do indicador 9B (abaixo) indica algumas regiões com menor taxa de analfabetismo funcional. Identifica-se na Tabela 4 que as regiões Centro-Oeste, Sul e, principalmente, o Sudeste apresentaram a menor taxa de analfabetismo funcional. E, em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste têm as maiores taxas de analfabetismo funcional. Tais taxas podem até ser justificadas mediante uma análise geográfica, mas

não se confirmam quando se trata de uma política de Estado que tem como finalidade a sua abrangência, não se confirmam e tornam-se contraditórias vistos que os mesmos programas e pactos também chegam ou deveriam chegar nessas regiões.

Região	2012	2013	2014	2015	2016
Norte	21,9%	21,7%	20,4%	20,1%	20,2%
Nordeste	28,5%	27,8%	27,2%	26,7%	25,9%
Sudeste	13,2%	13,2%	12,7%	12,4%	11,5%
Sul	13,7%	14,1%	13,8%	13,4%	12,8%
Centro-Oeste	16,5%	16,4%	16,1%	14,7%	15,9%
Brasil	18,3%	18,1%	17,6%	17,1%	16,6%

Tabela 4 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade – por Brasil e grande região – 2012-2016

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2011-2015) e Pnad contínua/ IBGE (2016).

De modo que se torna oportuno questionar: o que leva a região Norte e, principalmente, o Nordeste, a terem um baixo desempenho no crescimento da taxa de alfabetização em comparação às demais regiões? Seriam questões apenas geográficas? Por falta de investimento de capital? Culpa das esferas governamentais, que deixam a desejar na fomentação e no cumprimento de políticas educacionais?

Com isso, é observável que as regiões que apresentam altas taxas de alfabetizados são as responsáveis pelas menores taxas de analfabetismo funcional, podendo afirmar que é consequentemente proporcional que o aumento das taxas de alfabetização gere redução nas taxas de analfabetismo funcional.

Fato este que motiva a continuidade do questionamento: o que leva as mesmas regiões a apresentarem uma menor taxa de analfabetismo? A resposta parece clara, impondo, sobretudo, maiores investigações sobre a efetividade da formação de professores sob os aspectos de tempo e espaço que estendem para além dos muros da escola, a fim de compreender a alfabetização como processo que não começa nem acaba no espaço escolar, concebendo-a como sistema de representação da linguagem (FERREIRO, 1985), por meio do ingresso na cultura escrita.

Como ser coerente em apontar a incidência do analfabetismo quando o Nordeste apresente uma taxa 8,5% maior que a da média nacional e 14,4% que a do Sudeste? Quais discursos de âmbito pedagógico poderão justificar o que, possivelmente, seja o maior agravante no processo de escolarização da educação básica que a LDB/96 regulamenta: ao chegar no ensino fundamental, os estudantes já tiveram (ou deveriam ter tido) contato com inúmeras fontes de leitura e interações afins.

Diante disso, mostra-se relevante a avaliação da política educacional, sobretudo a da Alfabetização, para que os resultados apresentados possam sinalizar novos rumos da prática de alfabetização e, concomitantemente, suscitar o interesse de jovens e

adultos sobre a importância do ato de ler, escrever e operar os números. Assim, possivelmente, podemos amenizar as desigualdades econômicas, sociais e culturais diante das disparidades locais e regionais. Fatores estes da multiplicidade de discriminações de etnia, raça, gênero, orientação sexual, necessidades educacionais especiais, idade, credo e demais manifestações excludentes e ofensivas da dignidade do ser humano.

Do exposto, reitera-se a importância da alfabetização para o avanço da sociedade, inclusive validada pela Organização das Nações Unidas (ONU), ao incluir o índice de analfabetismo como um dos aspectos a serem considerados no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Apesar dessa relevância evidenciada, no Brasil, a alfabetização mantém-se como um dos problemas a ser resolvido.

Verifica-se, portanto, que há insuficiência de mecanismos de avaliação da realidade empírica e de propostas afins que, mediante os resultados, façam aquilo que já deveria ter sido feito em termos de Educação e em sua estrutura organizacional: o aprimoramento da estrutura física das escolas, melhorias das condições de trabalho dos professores e de um currículo que promova o conhecimento e não apenas a performatividade do conhecimento. Pois, a melhoria da educação não se apresenta no “aventurar-se”, na criação de novos e tantos programas, mas na avaliação sistemática alçada a identificar sua efetividade, bem como traçar o diagnóstico da Alfabetização no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 193).

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2019.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016**. – Brasília, DF: Inep, 2016. 590 p.: il.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018**. – Brasília, DF: Inep, 2018. 460 p.: il.

COSTA, Dania Monteiro Vieira; POTKUL, Renata Strzepa. **Produção de textos no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Revista Brasileira de Alfabetização, n. 7, 2018.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. **Pesquisa de Métodos Mistos: Série Métodos de Pesquisa**. Penso Editora, 2015.

FERREIRO, Emilia. **A representação da linguagem e o processo de alfabetização**. Cadernos de Pesquisa, n. 52, p. 7-17, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad): microdados 2004-2015**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/microdados.shtm>> Acesso em: 21 jun.2019.

MOREIRA, Rozemeiry S.M. **Política de avaliação de sistema e a gestão do resultado da prova Brasil na escola**. Tese Doutorado.UFSCar.2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 44, 90, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 143, 201, 206

Alfabetização Científica 90, 96, 97, 98, 99, 100, 101

Analfabetismo funcional 102, 103, 105, 106, 107, 109, 110

Arranjos curriculares 150

Arte educadores 200

B

Bolivianos 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 149

C

Capital 1, 2, 3, 5, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 41, 43, 45, 47, 67, 110, 142, 146, 148, 153, 154, 161, 177

Comunidades Tradicionais 88

Cultura 8, 9, 10, 24, 28, 35, 36, 44, 48, 78, 79, 82, 83, 86, 87, 88, 97, 101, 110, 114, 116, 121, 127, 138, 153, 156, 158, 159, 166, 168, 177, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206

Currículos 33, 36, 75, 154, 163, 175

D

Desenvolvimento 10, 26, 28, 32, 35, 36, 38, 44, 49, 51, 52, 53, 55, 58, 62, 67, 70, 74, 75, 76, 79, 85, 90, 93, 97, 98, 99, 100, 104, 105, 111, 113, 118, 119, 123, 129, 132, 133, 134, 135, 152, 153, 155, 156, 157, 162, 163, 164, 168, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 182, 183, 191, 193, 196, 206

Dissociação 1, 2

E

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 17, 20, 21, 24, 25, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 83, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 123, 124, 132, 134, 135, 136, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

Educação de Jovens e Adultos 33, 34, 38, 39, 90, 91, 92, 93, 101, 152, 155, 158, 160, 162, 163, 165, 172, 174, 179

Educação do Campo 24, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39

Educação em saúde 50, 112, 113, 123
Educação Interprofissional 72, 73, 74, 77
Educação Médica 74, 118, 123, 124
Educação Popular 20, 21, 24, 25, 33, 35, 172
Educação Superior 6, 17, 113, 115
Educação técnica-profissional 150
EJA 34, 35, 36, 37, 38, 90, 91, 92, 93, 101, 152, 155, 164, 165, 166, 167, 169, 171, 172
Engagement Acadêmico 6, 7, 9, 11, 12, 15, 17
Ensino-aprendizagem 42, 43, 55, 57, 62, 74, 94, 95, 125, 126, 131, 135, 166, 177
Ensino Superior 13, 50, 57, 62, 112, 113, 126, 178, 206
Estudo de caso 70, 163

F

Formação 2, 4, 11, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 42, 43, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 74, 75, 76, 78, 88, 89, 96, 97, 98, 99, 103, 106, 108, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 127, 130, 133, 140, 142, 144, 150, 151, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 195, 205, 206
Formação de professores 106, 108, 110, 157, 158, 159, 164, 173, 174, 175, 176, 206
Formação política 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 35
Fronteira 49, 51, 54, 108, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149

H

Hematologia 125, 127, 128

I

Imigrantes 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 147, 148
Impacto 45, 121, 122, 143, 153, 200, 203
Indústria 184, 188, 189, 190, 191, 193, 194
itinerários formativos 150, 155, 156
ITINERÁRIOS FORMATIVOS 150

J

Jovens carentes 131, 133, 135

M

Metodologia 20, 24, 25, 31, 37, 41, 58, 67, 71, 74, 90, 92, 94, 95, 96, 99, 101, 107, 116, 127, 130, 134, 137, 138, 139, 140, 145, 150, 165, 166, 167, 168, 172, 180, 186, 198, 203

Metodologias Investigativas 90

Monitoria 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134

MST 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32

MTST 18, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31

N

Natureza 30, 33, 34, 37, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 106, 141, 147, 155, 173, 175, 199, 203

P

Patrimônio Cultural 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205

Pesquisa como princípio educativo 165

Planejamento 68, 108, 128, 159, 168, 171, 172, 176, 179, 202

Política pública 155, 158, 201

Prática de ensino 56

Preservação 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Psicologia 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 184, 186, 187, 195

Psicologia do esporte 66, 71

Psicoterapia de grupo 64, 71

R

Rede 12, 13, 21, 30, 49, 52, 53, 75, 132, 137, 140, 143, 145, 184, 190

Relações Médico-Paciente 118

S

Saúde 28, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 96, 98, 100, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 185, 186, 187, 191, 195

Saúde Holística 118

Saúde pública 50, 55, 124

Serviços de integração docente-assistencial 49

Social 1, 2, 3, 4, 7, 12, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 47, 53, 55, 57, 65, 66, 67, 76, 81, 82, 85, 94, 97, 98, 99, 101, 105, 106, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 127, 131, 132, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 149, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 166, 176, 177, 179, 184, 186, 187, 189, 195, 200, 202

T

Tecnologias digitais 6, 7, 14, 15, 17

Trabalhadores 2, 3, 4, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 51, 53, 115, 156, 160

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 47, 50, 51, 53, 55, 56, 58, 61, 62, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 78, 81, 82, 83, 87, 88, 89, 92, 93, 94, 99, 102, 103, 104, 107, 108, 111, 112, 113, 115, 118, 120, 127, 130, 131, 132, 135, 138, 139, 140, 145, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 168, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 194, 196, 197, 203, 205

Transdisciplinaridade 81

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

9

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

9

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020